

questão familiar, mãe é mãe e ela sempre vai lutar, largar o emprego, vai abandonar tudo para achar o seu filho. Acredito, Tenente-Coronel, que a gente precise dessa interlocução; e que vou conseguir, juntamente com os meus pares, entender melhor e mais humanizada essa questão do atendimento e de um desenvolvimento nas ações a serem realizadas, que a senhora assim colocou.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deixem-me só aproveitar e passar para a Deputada Renata e depois para a Tia Ju, que a gente consolida tudo e fica mais dinâmico.

Deputada Renata Souza, por favor.

A SRA. RENATA SOUZA - É muito importante a fala da Sra. Priscilla, trazendo um relato importante, também, da interlocução com esses territórios. Acho que isso é fundamental. Acho, também, que existe uma transversalidade entre a Secretaria de Vitimados e a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, que é importante ser conduzida de maneira mais concreta, nesse sentido. Desde o desaparecimento e ali, na própria Delegacia, que falta, essencialmente, profissionais capacitados, inclusive, a receber esse tipo de demanda. Acho que no debate de desaparecimento, num dos temas que a gente tem recorrido aqui, é justamente essas faltas de protocolo, em casos de desaparecimento, mas não só isso. Como se atende a essa família? É um debate importante que a gente precisa, Sr. Presidente, colocar até com a Delegada Ellen e ver de que maneira a gente também traga aqui o Secretário da Polícia Civil, porque a gente está falando de protocolos, a gente está falando de um iniciar um processo de olhar para essas famílias e entender que precisa ter prioridade. Uma investigação como essa carece que seja imediatamente. Toda lógica dita com 24 horas, de uma criança, ou então, colocar situação com essas perguntas às famílias. Se é um adolescente: não saiu para namorar? Então, tem esse tipo de situação que a gente tem que evitar porque a gente está revitimando essas famílias.

Num outro momento, acho que a gente vai ter que desenvolver aqui um debate sobre a capacitação desses profissionais, seja na ponta, na Delegacia em si, e para isso, inclusive, no debate sobre mulheres a gente já traz esse tema da capacitação exatadamente para não revitimarmos essas vítimas mulheres.

Outra coisa que eu queria trazer aqui e que a Tenente Priscilla trouxe, desse reaparecimento. Acho que teve uma dificuldade, já colocada na nossa última olitiva, de essas pessoas que reaparecem, não há um cadastro, um retorno dessas famílias para indicarem que essa pessoa reapareceu. Acho que essa é uma lacuna que temos e que precisamos resolver, conjuntamente, nesse processo de crianças desaparecidas no Estado do Rio de Janeiro, já agradecendo a disposição da Tenente Priscilla nesse debate.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Tia Ju, por favor.

A SRA. TIA JU - Só corroborando com a questão trazida aqui por ambos, por exemplo, só temos uma Delegacia de Crimes Virtuais, que fica na Cidade da Polícia. Já fui vítima de crimes virtuais três vezes. Na primeira vez, aprendi que eu podia fazer o registro dessa ocorrência em qualquer Delegacia e ela seria encaminhada para a Delegacia de Crimes Virtuais. Mas aprendi porque conheço Delegados amigos que me disseram: Tia Ju, não precisa, se a senhora não quiser ir lá a senhora pode fazer numa Delegacia mais próxima e ela vai ser encaminhada. Da mesma forma que o crime virtual, que estou trazendo como exemplo, pode ser feito em qualquer Delegacia e os Delegados já estão cientes disso, e eu consegui fazer, por que não no caso das crianças, de pessoas desaparecidas?

Então, a gente vê um fato tanto latente e presente, na questão das mulheres vítimas de violência, que é aquela antiga discussão de que o Delegado: você é homem e tal, não compreende algumas questões. A nossa sociedade é patriarcal e machista mesmo, e isso a gente não pode esconder, a gente sabe disso, esse não é o tema aqui, mas, no caso das crianças desaparecidas, como trouxe aqui o Deputado Danniell Librelon, o nosso Relator, quem vai na Delegacia são mulheres, são mães. É um recorte que a gente não pode deixar de fazer, são mulheres. Essas mulheres têm sido revitimadas como o são as vítimas de violência doméstica. Isso é fato. Geralmente, na maioria das Delegacias, quem está lá é um Delegado, um homem, que vai receber uma denúncia do desaparecimento do seu filho.

Então, a falta da capacitação é para ontem. A gente tem que trazer sim o nosso Chefe da Polícia Civil, porque esses protocolos, essas afirmações, são urgentes, para ontem. No caso de desaparecimento, a perda de tempo é crucial, é fatal. A capacitação está ali latente. Os Delegados ali presentes, fazem até, no inconsciente, mas são casos e fatos que acontecem constantemente que a gente precisa sanar: capacitar os nossos Delegados para esse tema. Em todas as Delegacias temos uma ferramenta incrível que é o digital. Essa capacitação pode ser feita simultaneamente, sem deslocamento. Temos nossas faculdades, universidades, com tantos profissionais qualificados e a própria Polícia Civil também tem muitos profissionais qualificados que podem fazer essa capacitação o mais breve possível.

Outra questão é a do reaparecimento dessas crianças. Temos um sistema, na FIA, que já vem há décadas fazendo um trabalho fantástico e que a gente vê, constantemente, Deputada Renata e nosso Presidente, Relator, na maioria das vezes, a FIA não sendo incluída nessas questões. Esse reaparecimento, por exemplo, estou numa rede do sistema de garantia de direitos e acho que a Luciana também faz parte, imediatamente, quando a criança reaparece, ou é encontrada, a FIA notifica todos os grupos que aquele setor de criança desaparecida notifica. A gente fica sabendo e faz uma reverberação do reaparecimento dessa criança incrível. Muitas vezes a gente vem notando isso, ao longo dos anos, com essa temática, a FIA precisa estar presente por conta da expertise, Presidente, que esse setor tem, na questão do desaparecimento e reaparecimento dessas crianças. Era um ponto que eu não podia deixar de trazer, porque a FIA precisa estar presente em todos os debates que tratar de criança e adolescentes que desaparecem e reaparecem no nosso Estado. Eles têm um setor muito organizado que, diga-se de passagem, tenho um mimo muito grande por conta do trabalho excelente que é feito. A FIA é acionada, na maioria das vezes, e as mães não vão nem primeiro na Delegacia, mas pelo relacionamento territorial que tem com os líderes comunitários, a nossa Tenente-Coronel foi muito feliz e parabéns pela iniciativa belíssima. Os líderes comunitários têm o conhecimento da FIA e a primeira ação que eles pedem para as mães fazerem é notificarem a FIA, que orienta, muitas das vezes, a buscar Delegacia, é quem dá esse primeiro amparo.

Então, esse fato é importante. Em qualquer ação, na criação dos protocolos que iremos provocar ao chefe da Polícia Civil, na criação desse protocolo, o setor de criança desaparecida não pode estar ausente, porque eles têm uma expertise incrível e resultados de trabalho fantástico.

Eram essas as minhas considerações. E o parabenizo, que V. Exa. possa sempre nos informar. Com certeza, o Presidente vai trazer aqui esses líderes comunitários para serem ouvidos, que estão lá na ponta, nos territórios, e que têm ouvidos e olhos bem atentos a todas essas questões e têm a sensibilidade de acionar setores e departamentos para aquelas mães - essa coisa por eu ser mulher. Eu não era mãe há alguns anos, mas hoje sou, por adoção, e a gente sabe o desespero. Eu já tive familiar desaparecido e a gente sabe como é difícil, então, a gente precisa ficar atento. Quem vai fazer o registro de ocorrência são mulheres e mulheres, em nossa sociedade ainda são muito, não é pouco, muito discriminadas. Parece exagero, mas não é. As mulheres são muito discriminadas e constrangidas, muitas das vezes, por ser mulher. Está desesperada? Calma, o que é isso? Desespero bobo. Não é desespero bobo. Não existe desespero bobo, existe desespero. Essa é a grande questão.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado, Tia Ju. Vou passar a palavra para a Secretária Priscilla.

Na semana passada o Luizinho esteve aqui conosco, fez uma explanação grande.

Secretária, por favor.

A SRA. PRISCILLA AZEVEDO BARLETTA - Só para reforçar, talvez o que a senhora falou possa ser um caminho mais fácil. Temos essa única Delegacia, mas, pela proximidade das pastas que já existe, eles trabalham exaustivamente. A Delegacia é referência até na tramitação de documentos pela celeridade, então, talvez seja esse o caminho.

Só para reforçar essa questão do atendimento, os casos que recebi lá, quando a gente recebe com paciência, dá atenção, entra na rede social, junto com a mãe, que está desesperada, porque ela quer mostrar a filhinha dela, seu tesouro, a gente consegue direcionar a mãe até a nos ajudar na busca. A mãe saía de lá, ainda desesperada, mas com uma com esperança. Realmente, já recebi dois pais, que foram as exceções, mas é isso, a gente tem ainda o poder de, em meio ao desespero, levar uma semente de conforto, estamos juntos, vamos procurar, dar atenção ao caso e depois ela mesma vai falando: olha, na verdade, ela já fez isso outras vezes. A coisa vai se abrindo, clareando. É um ponto importantíssimo esse primeiro momento, essa recepção do fato.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Ficou alguma questão?

Agradeço à Secretária Priscilla.

Passar a palavra para o Secretário Matheus Quintal. Acho que a Secretaria de Assistência Social tem um papel importante. Se não me engano, a FIA está abaixo dessa estrutura dessa Secretaria. Tem também uma Sub, que parece que a Jovita está lá, para quem mando um beijo. Está o nosso Márcio, que trabalha com a Jovita.

Sei que é recente, que ainda está se habituando a uma pasta importante do Estado, aliás, muito importante. Quicá, uma das "top 3", porque o problema social no Rio é um dos maiores problemas, se não, o maior. Eu queria que o senhor falasse um pouquinho como está vendo essa questão dentro de sua pasta, o que está planejando para que a gente consiga ter um norte nesse problema que, como a Tia Ju disse, silencioso, mas tem machucado muitas pessoas no Estado do Rio.

Bom-dia.

O SR. MATHEUS QUINTAL - Bom-dia. Aproveito para cumprimentar Renata Souza, com quem tive o prazer de estar aqui recentemente, a Deputada Tia Ju, nossa amiga, a Tenente-Coronel Priscilla, Secretária, a Subsecretária Luciana, o Presidente Alexandre Knoploch e o nosso amigo e também Relator Deputado Danniell Librelon.

A gente está há quase 70 dias numa pasta de suma importância para o nosso Estado na realidade em que vivemos, uma nova realidade enfrentada há quase dois anos em que os números de atendimento a pessoas desaparecidas, na verdade, durante este ano de 2021, em especial, aumentou em mais de 50% dentro da nossa Superintendência, a qual a Jovita toca e vem fazendo um trabalho de excelência. A identificação, quando chegamos, tínhamos um núcleo implementado, com dois serviços: o de pessoas desaparecidas e o acesso à documentação, que são duas coordenadorias, em Japeri, que é exatamente na Baixada Fluminense, onde sou Relator - são quatorze relatos, em média, por dia, de pessoas desaparecidas, mais do que na Capital, a Baixada Fluminense. São 400 pessoas, em média, por mês.

Então, a Secretaria teve esse cuidado de o primeiro ser em Japeri, com essas duas ações. Temos outros três instalados com o Serviço de Acesso à Documentação. Quando a gente entrou, tinha um entrave muito grande por falta de estrutura e planejamento orçamentário. A gente conseguiu fazer uma parceria - fica a gratidão aqui ao Poderes Executivos Municipais. Estamos avançando e fechamos ontem, noventa dias e vamos implementar 16 núcleos com esses dois serviços para que a gente possa fazer a capacitação dos entes municipais para que eles sejam treinados e assim, quando procurados, possam orientar as famílias da melhor maneira possível, com atendimento jurídico social e psicológico.

Hoje, a gente enfrenta a questão orçamentária, mas conversamos com o Governador que está nos disponibilizando orçamento para que a gente consiga fazer a implementação desses núcleos que é de suma importância. É muito importante, Deputada Tia Ju, criarmos um protocolo de atendimento de rede. Já estamos fazendo a capacitação dos nossos abrigos, da Rede SUS, mas a Superintendente Jovita já esteve com o Secretário da Polícia Civil oferecendo a nossa capacitação à Polícia Civil e estamos aguardando uma devolução de como essa capacitação será feita, num termo de cooperação técnica para que a gente consiga fazer e oferecer esse serviço, que a Secretaria tem, em especialidade, para que a gente consiga atender a essas famílias, da melhor maneira possível e de maneira mais digna.

Esses relatos, na Superintendência, também nos chegam sobre a questão de que as pessoas vão a uma Delegacia e, às vezes, são orientadas a irem a outro lugar. É muito importante unificarmos essa questão no Estado, e com os outros entes, que são os municípios para que a gente consiga um protocolo único para que as pessoas sejam bem atendidas e a gente consiga diminuir a dor dessas famílias, que precisam ser atendidas de imediato.

Fico aberto às perguntas. É uma pauta que a gente precisa avançar muito, mas, em 70 dias, a gente conseguiu avançar em 16 protocolos, 180 ações de atendimento. A partir de sábado agora, estamos lançando o Social mais Presente; e a Superintendência de Pessoas Desaparecidas de Acesso à Documentação Básica estará em todas as nossas ações para que a gente consiga divulgar e, dentro das nossas comunidades, dentro das nossas favelas, dentro das cidades do interior também para que a gente possa levar essa bandeira tão importante que, na verdade, é uma causa que, às vezes, fica à margem da nossa sociedade e a gente precisa divulgar.

Estou à disposição da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado, Secretário, se o senhor quiser, em algumas das perguntas, passar a palavra para a Dra. Luciana ou até para o Márcio, que compõe a sua equipe, junto a Jovita, fica à vontade.

Passo a palavra para o Deputado Relator Danniell Librelon.

O SR. DANNIEL LIBRELON - Secretário, é só para entender, esses núcleos que o Estado vai estar disponibilizando, dando condição à Secretaria de instalar nos Municípios. Tem algum Município específico? Qual o critério a ser usado, existe algum Município que tem essa prioridade, dentre os 92, do nosso Estado?

O SR. MATHEUS QUINTAL - Na verdade, a maioria dos Municípios são da Baixada Fluminense, que são a maior procura que temos hoje de demanda. Vários Municípios nos procuram, são treinados e já solicitaram a abertura do núcleo. Alguns por conta própria, na estrutura municipal, entendendo a importância, já têm seu próprio núcleo, mas a grande maioria dos núcleos será instalado na Baixada Fluminense, alguns no interior, cidades como Quatis, São João de Meriti já está pronto para a gente poder entregar; Nilópolis também, lançamos em Nova Iguaçu, enfim, a grande maioria na Baixada Fluminense.

O SR. DANNIEL LIBRELON - Sua fala me contemplou com algumas perguntas que eu iria fazer, mas já que V. Exa. mencionou a respeito da solicitação do protocolo ao Chefe da Polícia Civil e não teve esse retorno, esse período, há quanto tempo esse pedido já foi solicitado? Tem uma data? No final do ano passado?

Então, até agora, não teve um posicionamento do Secretário, ok.

Era só isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputada Renata Souza, por favor.

A SRA. RENATA SOUZA - Sr. Secretário, é importante sua participação nesta CPI. A gente tem dito muito aqui que uma CPI, às vezes passa para a população a ideia de que estamos procurando um culpado para fazer todo um processo de perseguição. Esta é uma CPI que está construindo políticas públicas para a prevenção do desaparecimento de crianças e para que a gente possa, no caso de desaparecimento, como termos políticas públicas que acolham essas famílias. Acho que isso é um diferencial importante desta CPI e que traz a nossa responsabilidade, enquanto legisladores e fiscalizadores do Poder Executivo a responsabilidade de saber quais são as prioridades de um Governo.

O senhor nos disse que teve a estrutura, e tem uma dificuldade nessa estrutura, dificuldade orçamentária. Quanto, hoje, está previsto para a pasta? A gente sabe que, prioridade na política é definida pelo orçamento que se dispõe para a pasta, seja de Saúde, de Educação. Esse retorno de quanto hoje tem disponível na pasta de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos para a gente também é algo relevante; porque uma vez que esse valor esteja aquém, inclusive, de programas importantes a serem desenvolvidos, a gente sabe

que há uma dificuldade enorme para um programa de proteção à testemunha no Rio de Janeiro. Essa é uma realidade. Falta recursos para esse programa, que é essencial.

Então, eu gostaria que o senhor nos dissesse como está a estrutura orçamentária, qual o dispêndio que se teria também ou se não tem - o senhor é recente na pasta -, mas qual deveria ser hoje o aporte colocado para que essa estrutura orçamentária pudesse dar conta do elevado número de problemas que a gente tem hoje, em especial a gente está numa pandemia, que traz problemas humanitários, mas também que traz uma questão econômica que, para nós, não é menor. Inclusive, são essas famílias que, obviamente, serão beneficiadas pelo Supera Rio. São famílias de mulheres gerenciadas, inclusive, por mulheres. Não é à toa que, essa mãe que vai buscar seu filho e faz o relato na Delegacia, muitas vezes, são mães solo que precisa, ter sua atenção. Aqui, a gente tem falado muito num projeto do Deputado Danniell Librelon, com relação a respaldar financeiramente essas famílias. Uma bolsa que seja para essa pessoa poder se locomover ou, num momento mais triste, ir ao IML, poder circular a cidade, o Estado para o encontro.

Então, eu gostaria de saber nesse sentido, afinal de contas, prioridade é também orçamentária. Se a gente não tem prioridade no orçamento, a gente não está tendo prioridade com nossas crianças desaparecidas. A gente não está tendo prioridade com trabalho essencial desenvolvido aí pela Assistência Social.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Tia Ju, quer complementar?

A SRA. TIA JU - Vou deixar o Secretário responder à questão orçamentária primeiro e depois eu faço um complemento.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Claro.

Por favor, Secretário.

O SR. MATHEUS QUINTAL - Primeiro, Deputada, eu quero fazer um registro aqui, um agradecimento ao Deputado Danniell Librelon, nos trouxe ao Presidente André Ceciliano e viemos falar sobre a questão do Programa de Proteção à Testemunha; e conseguimos, junto à Casa, a disponibilização de uma verba de um milhão. Fica aqui a minha gratidão à Casa, que tem sido parceira, tem se demonstrado parceira. A gratidão ao Deputado que fez essa articulação junto ao Presidente André Ceciliano. E, hoje, nós temos esse recurso disponível no Programa de Proteção à Testemunha.

Na pasta, na questão da Superintendência, quando chegamos, identificamos a questão desse problema orçamentário. Conversamos, reajustamos algumas coisas, encuramos alguns gargalos que existiam e hoje a gente tem previsto para que seja gasto, até o final do ano, o valor de 300 mil reais, dentro da Superintendência. Já fazendo um planejamento de estruturação orçamentária...

A SRA. RENATA SOUZA - Qual Superintendência?

O SR. MATHEUS QUINTAL - A Superintendência de Pessoas Desaparecidas e Acesso à Documentação Básica. E também para que a gente consiga aumentar esse valor e fortalecer esse programa, que é tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Por favor, Deputada Tia Ju.

A SRA. TIA JU - Eu tive a grata satisfação de sentar na pasta da Assistência do Município num momento histórico da nossa humanidade. Foi o momento da pandemia. Foi um momento histórico também que foi das chuvas que, há mais de 30 anos, não caíam como caiu aqui na nossa Capital, no nosso Estado como um todo. A nossa Capital foi superafetada.

Então, a gente teve, eu digo a grata porque foi um desafio, um megadesafio que nos trouxe, assim, Deputados e Deputadas presentes, um olhar... Eu já tinha esse olhar acentuado para a questão da assistência do SUS como um todo, mas, ali, a gente conseguiu verificar mais presente.

Essa questão orçamentária trazida aqui pela Deputada é de suma importância. A gente sabe que é uma pasta. O sistema SUS é um adolescente ainda, muito novo, muito recente, por isso acredito que não está ainda... Não teria que ser um tripé, quadrupé, que seria das questões mínimas orçamentárias a serem investidas, porque hoje nós temos Saúde, Educação e a Segurança Pública, mas o SUS não tinha sido criado; e eu acho que está passando do tempo de incluir, também, a Assistência Social nesse contexto porque esses quatro eixos são importantíssimos. Definir um investimento mínimo a ser aplicado. Porque hoje nós verificamos que, na pasta da Assistência, o que é disponibilizado orçamentariamente só mitiga as questões sociais existentes. As demais ações têm que ser busca de parcerias a parceria público-privada, que foi um grande braço que nós conseguimos ali, no momento da pandemia, enquanto Secretária de Assistência, foi quem nos deu um suporte muito grande. Os movimentos sociais, as igrejas, os religiosos - vamos colocar num contexto global porque os espíritos também -, os templos religiosos foram muito parceiros e têm sido parceiros, braço do Estado. Mas essa questão orçamentária, para a Assistência, é crucial. Infelizmente, a maioria dos gestores não consegue entender a complexidade que é, a alta complexidade que é gerir uma pasta da Assistência, porque tudo deságua na Assistência. Se há problemas crônicos na Saúde, vai parar na Assistência. Se há problemas crônicos na Educação, vai parar na Assistência. Qualquer problema crônico, social, vai parar na Assistência. Por isso que ela precisa dessa intersectoriedade, da integração com todas as Secretarias, mas tudo vai parar nela. Mas, na hora de contemplar orçamentariamente, não se consegue visualizar a grande necessidade que existe. Esses programas, por exemplo, são de suma importância. São programas que precisam de um aporte. A gente fica mais ou menos feliz com esse aporte de 300 mil para as pessoas desaparecidas, mas se a gente for fazer a soma, é muito pequeno, de toda demanda que precisa. A ajuda dessa Casa, que sempre, quando a gente precisa e recorre ao Presidente André Ceciliano, vem trazer esse braço, mas o que precisa de fato, Presidente, todos aqui presentes, é fazer entender. E aí a gente precisa fazer essa força, essa pressão na LOA, porque a gente precisa garantir orçamento suficiente para que a pasta consiga atuar minimamente, minimamente. Ela está muito longe do que seria necessário, mas precisamos de uma força tarefa, com os demais Deputados, fazê-los compreender dos programas existentes ali dentro daquela pasta, que são inúmeros. Tem até uma lei da minha autoria que são crianças ameaçadas de morte que, diga-se de passagem, aqui no nosso Estado tem muitas crianças ameaçadas de morte, e que é um programa que precisa também de um aporte financeiro para dar toda sustentação, porque a criança ameaçada de morte, a criança não vive sozinha. A criança tem uma família, então, vai ter que abarcar ali toda uma família. Só trazendo essa questão da gente ficar bastante atento na questão orçamentária. Seria até importante, Secretário, fazer uma análise mais profunda, junto com a equipe técnica, de qual seria esse valor que conseguisse fazer a pasta ser gerida com menos asfixiamento, porque a gente vê que há um asfixiamento muito grande. As cobranças vêm. O Secretário... Digo porque eu já estive na pasta. É uma coisa enlouquecedora, porque as demandas são inúmeras e o recurso muito curto. Você puxa para cobrir a cabeça e o pé fica todo de fora e metade da perna.

Então, você tem que ir fazendo essa conjunção aí e essa junção com a sociedade civil, com as empresas, a parceria público-privada, mas é algo que a gente precisa ficar atenta que é a questão orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Antes de passar a palavra para o Secretário, eu acho que seria... Uma das proposições que eu acho que a nossa CPI poderia fazer. A gente tem um Fundo de Combate à Pobreza. É óbvio que está todo carimbado. Pelo menos a cada trimestre a gente aqui vota algum projeto de lei que dá mais uma carimbada nele. Mas...

A SRA. TIA JU - Isso significa que tem dinheiro parado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Exatamente.

A SRA. TIA JU - Que precisa ser usado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu acho que a gente poderia usar o Fundo, por exemplo, nessa questão dessas mães desaparecidas. Elas precisam receber um auxílio mensal. Isso é um fato. Nenhuma mãe com filho desaparecido voltar a trabalhar. Esquece. Não vai acontecer. Enquanto não tiver uma resposta... Pode ser uma resposta que demore uma semana, um mês, um ano, uma década, enfim, nós não sabemos.